



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 3/2025
UASG: 987541

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **Número do Processo:** 2982/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Geral de Governo
- **Responsável pela Elaboração:** Nilton de Almeida
- **Data de Elaboração:** 14/10/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A promoção de eventos públicos constitui uma das formas mais relevantes de materialização das políticas culturais, de fortalecimento do senso de comunidade e de valorização das identidades locais. No Município de Dois Vizinhos, a realização de programações culturais e festivas voltadas ao período natalino consolidou-se ao longo dos anos como uma tradição que ultrapassa o caráter meramente recreativo, assumindo contornos de política pública estruturante. No entanto, a complexidade crescente desses eventos e a sua dimensão comunitária exigem da Administração Pública planejamento contínuo e capacidade técnica para garantir segurança, inclusão e eficiência na execução das atividades. A ausência de uma estrutura estável de apoio técnico e logístico, somada à sazonalidade das festividades natalinas, gera um problema público recorrente: a dificuldade de assegurar, de maneira tempestiva e regular, a infraestrutura necessária à realização das celebrações natalinas de forma adequada, segura e acessível à população.

As festividades de Natal cumprem uma função social e simbólica de grande relevância. Elas representam um período de renovação coletiva dos laços afetivos e da solidariedade social, promovendo a união entre famílias e a revitalização dos espaços urbanos. O Natal Iluminado, evento que mobiliza moradores e visitantes, transformou-se em um marco cultural e turístico para Dois Vizinhos. Entretanto, a manutenção desse evento depende de uma complexa rede de ações intersetoriais, envolvendo o Departamento de Cultura, o setor de Turismo, a Secretaria de Administração e outras áreas da gestão pública. A falta de um planejamento estruturado, com previsão de meios adequados para atendimento das necessidades logísticas, técnicas e operacionais, compromete a qualidade das ações e pode colocar em risco tanto o sucesso do evento quanto a segurança dos cidadãos. É, portanto, um problema público de natureza administrativa e social: como garantir a continuidade e a excelência de um evento que se tornou parte do patrimônio cultural imaterial do município, sem uma estrutura administrativa permanente de suporte?

Além da dimensão simbólica, há também um aspecto econômico e social envolvido. O Natal, enquanto período de celebrações públicas, gera oportunidades de trabalho temporário, estimula o comércio local e movimenta a economia criativa. A não realização adequada dessas festividades afeta diretamente empreendedores locais, profissionais da cultura, artistas, artesãos e prestadores de serviços que dependem dessa movimentação. O problema não se limita à ausência de festividade, mas estende-se à perda de potencial de desenvolvimento econômico e turístico. O município de Dois Vizinhos, reconhecido por sua organização e identidade cultural, precisa manter o fluxo de visitantes e o fortalecimento de sua imagem institucional como cidade acolhedora e criativa. Quando a estrutura para eventos é improvisada ou insuficiente, há um impacto negativo na percepção pública da administração municipal, e as ações culturais perdem força como instrumento de integração social e de valorização da identidade comunitária.

O cenário contemporâneo de gestão pública impõe à Administração o desafio de conciliar austeridade fiscal com efetividade social. Os recursos disponíveis para a realização de eventos culturais são limitados e sujeitos a planejamento anual. Assim, sem um processo administrativo que possibilite a previsão e a organização das demandas de infraestrutura e serviços, a execução das festividades natalinas torna-se vulnerável a improvisos, atrasos e custos adicionais. Essa ausência de planejamento continuado impede que o município atue preventivamente e de forma estratégica, comprometendo o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 37 da



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Constituição Federal. A deficiência de mecanismos de gestão capazes de dar previsibilidade e controle às ações de estruturação dos eventos natalinos constitui, portanto, o núcleo do problema público enfrentado: a necessidade de garantir meios regulares e juridicamente adequados para atender demandas logísticas e culturais de forma planejada e alinhada às finalidades públicas.

No campo social, a realização de eventos natalinos é uma ferramenta de inclusão e de fortalecimento comunitário. Em Dois Vizinhos, as ações vinculadas ao Natal Iluminado envolvem escolas, associações, igrejas, grupos artísticos e diversas entidades da sociedade civil, gerando pertencimento e coesão social. Contudo, a ausência de um planejamento estruturado e de mecanismos que assegurem, ao longo do tempo, a disponibilidade de materiais, equipamentos e serviços essenciais, compromete a continuidade e a qualidade dessas ações. Essa fragilidade administrativa reflete-se diretamente na população, que passa a ter acesso limitado a atividades culturais de qualidade e a espaços de convivência social seguros e bem organizados. O problema, assim, não é apenas de natureza operacional, mas de garantia de direitos culturais, um dever do Estado nos termos do art. 215 da Constituição Federal, que reconhece o acesso à cultura como um direito fundamental.

Sob o ponto de vista urbano e ambiental, a execução dos eventos natalinos também representa um desafio de organização do espaço público. A ocupação temporária de ruas e praças exige estruturas adequadas de palco, iluminação, energia, sonorização, segurança, acessibilidade e limpeza, de modo a garantir que os eventos não causem danos ao patrimônio público nem transtornos à coletividade. A inexistência de instrumentos administrativos que permitam a previsão antecipada dessas demandas resulta em improvisações e contratações emergenciais, que, além de onerar os cofres públicos, podem gerar insegurança jurídica e comprometer a sustentabilidade das ações. O problema identificado é, portanto, sistêmico: a falta de um mecanismo institucional que permita à Administração Municipal planejar e executar, com regularidade e transparência, a infraestrutura necessária para eventos de grande porte e forte impacto social, como os do período natalino.

Há ainda um aspecto ligado à gestão de riscos e à segurança da população. A organização de eventos com grande concentração de público, como os desfiles natalinos, requer atendimento às normas do Corpo de Bombeiros, disponibilidade de equipamentos de emergência, estruturas metálicas certificadas, iluminação adequada e serviços de apoio como banheiros, tendas e grades de contenção. Quando essas condições não são previstas com antecedência e dependem de contratações isoladas, aumenta o risco de falhas estruturais, acidentes e transtornos ao público. O município enfrenta, assim, um problema recorrente de governança contratual: a ausência de instrumentos administrativos que assegurem agilidade, previsibilidade e conformidade técnica na preparação das festividades.

Do ponto de vista da política pública, a gestão cultural municipal deve observar os princípios do planejamento e da continuidade administrativa. O Município de Dois Vizinhos, que já consolidou sua política cultural através de programas como o Natal Iluminado, precisa dispor de instrumentos que permitam a manutenção da qualidade e da abrangência de suas ações. A inexistência de um mecanismo administrativo que garanta a disponibilidade contínua de meios técnicos, logísticos e estruturais compromete o cumprimento do Plano Municipal de Cultura e dos objetivos do Sistema Nacional de Cultura, dos quais o município é signatário. Assim, o problema público identificado é a necessidade de garantir condições estruturais e materiais permanentes para execução das ações culturais e festivas, de modo que as políticas de valorização da cultura local, do turismo e da economia criativa não dependam de procedimentos emergenciais ou improvisados.

A realização do Natal Iluminado e de suas atividades correlatas não se resume a um espetáculo, mas expressa o compromisso do poder público municipal com a promoção da cidadania cultural. O envolvimento de centenas de pessoas, entre artistas, técnicos, servidores e comunidade, reforça o caráter público do evento e sua função pedagógica e social. O problema identificado, portanto, é a dificuldade administrativa de assegurar que essas ações ocorram com a previsibilidade e a regularidade que um evento dessa magnitude requer, considerando os



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

princípios da economicidade, da transparência e da eficiência. A ausência de planejamento contínuo e de instrumentos administrativos adequados à natureza cíclica do evento causa prejuízo não apenas à gestão, mas também à população, que deixa de usufruir plenamente do potencial cultural e simbólico dessas celebrações.

Diante desse contexto, a necessidade identificada sob a perspectiva do interesse público é a de garantir que o Município de Dois Vizinhos disponha de meios organizacionais capazes de assegurar a realização adequada, segura e eficiente das festividades natalinas e demais eventos públicos, observando o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021. É preciso que a Administração possa agir de forma estruturada, transparente e preventiva, garantindo à população o direito à fruição cultural, ao lazer e à convivência comunitária, ao mesmo tempo em que preserva o patrimônio público, fomenta a economia local e consolida a imagem do município como polo de cultura e turismo. O problema público, portanto, está na ausência de instrumentos administrativos que confirmem estabilidade e previsibilidade à execução das ações que compõem a programação natalina, gerando insegurança na gestão, risco de descontinuidade das políticas culturais e possível prejuízo ao interesse coletivo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

A análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade identificada deve considerar as particularidades do contexto local, o cronograma de execução e as exigências legais e financeiras que envolvem a realização das festividades natalinas. O Município de Dois Vizinhos tem buscado consolidar um modelo de gestão de eventos que privilegie o planejamento e a eficiência no uso dos recursos públicos, evitando a realização de contratações emergenciais e assegurando a observância das normas previstas na Lei nº 14.133/2021. Nesse cenário, foram examinadas diferentes possibilidades administrativas e jurídicas para a obtenção dos serviços e locais necessários à execução do evento.

Para alguns dos itens que integram o conjunto de necessidades identificadas, o Município já possui experiência prévia de contratação, o que permitiu compreender a complexidade logística e técnica envolvida. Contudo, grande parte dos itens que compõem a estrutura geral de eventos de grande porte, como o Natal Iluminado, ainda não havia sido objeto de processos licitatórios específicos. Diante dessa lacuna, a Administração Municipal articulou junto à Secretaria de Estado do Turismo a captação de recursos financeiros no valor aproximado de trezentos mil reais, destinados ao custeio de serviços relacionados à infraestrutura e à realização de eventos. Esses recursos, por sua natureza e pela forma de repasse, estão condicionados a regras próprias do convênio estadual.

Entre as regras estabelecidas pela Secretaria de Estado do Turismo está a vedação à realização de licitações antes da assinatura do convênio e a determinação de que o convênio não pode ser firmado com antecedência superior a quarenta e cinco dias da data prevista para o evento. Além disso, para a estimativa de valores, o Estado exige a apresentação de orçamentos obtidos junto a empresas do setor, não sendo aceitos valores derivados de licitações prévias. Essas condições, embora necessárias à conformidade do repasse, criam um desafio administrativo ao Município, que precisa compatibilizar os prazos reduzidos com o dever de planejamento e a observância das normas gerais de contratação pública.

Diante desse contexto, foram avaliadas três alternativas principais. A primeira seria realizar uma dispensa emergencial de licitação próxima à data do evento, o que permitiria atender aos prazos do convênio, mas traria riscos administrativos e jurídicos, além de custos potencialmente maiores. Essa opção, embora possível em situações excepcionais, contrariaria o princípio do planejamento e a diretriz de prevenção prevista na Lei nº 14.133/2021, além de não assegurar a ampla competitividade e a vantajosidade das propostas. A segunda alternativa seria realizar licitações individualizadas por objeto, de forma fracionada, o que demandaria a



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

elaboração de diversos processos autônomos em um curto espaço de tempo, inviabilizando a compatibilização com as exigências do convênio estadual e comprometendo a economicidade do conjunto.

A terceira alternativa, considerada tecnicamente mais adequada, consiste na realização de um pregão na forma de registro de preços. Essa solução atende às normas federais e estaduais aplicáveis e apresenta vantagens operacionais, econômicas e jurídicas. O sistema de registro de preços permite que os itens sejam licitados previamente, com estimativas de consumo baseadas em orçamentos atualizados de mercado, sem obrigar a execução imediata do contrato. Dessa forma, o Município pode aderir às condições estabelecidas na ata e efetivar as contratações apenas quando houver necessidade concreta, de acordo com o cronograma e as limitações do convênio. Essa flexibilidade reduz riscos de inexecução e possibilita melhor gestão dos recursos transferidos pela Secretaria de Estado do Turismo.

Além da adequação normativa, o pregão por registro de preços demonstra-se economicamente mais vantajoso para o Município. A realização de uma única licitação abrangendo os diversos itens necessários ao evento permite a obtenção de economia de escala, com redução de custos administrativos e maior competitividade entre fornecedores. A modalidade pregão, por se destinar à contratação de bens e serviços comuns, favorece a ampla participação de empresas e a formação de preços mais justos, observando os princípios da economicidade e da eficiência. Ao mesmo tempo, o modelo de registro de preços oferece segurança jurídica à Administração, permitindo que a contratação futura ocorra dentro dos limites orçamentários e do prazo de vigência da ata.

Outro aspecto relevante é que, embora a Secretaria de Estado do Turismo não autorize a realização de licitações antes da assinatura do convênio, ela admite a utilização de atas de registro de preços vigentes. Assim, o Município pode licitar e registrar previamente os preços, garantindo a regularidade do procedimento, e posteriormente realizar as contratações específicas dentro do período de vigência da ata e conforme as condições do convênio. Essa compatibilidade entre o regulamento estadual e o procedimento federal reforça a racionalidade da escolha e evidencia o alinhamento entre o planejamento municipal e as diretrizes da política pública estadual de fomento ao turismo e à cultura.

Portanto, a adoção do registro de preços como instrumento administrativo mostra-se a alternativa tecnicamente mais segura, juridicamente adequada e economicamente vantajosa para o Município de Dois Vizinhos. Ela permite conciliar o cumprimento das exigências do convênio estadual com o dever de planejamento, assegurando previsibilidade e regularidade às futuras contratações relacionadas às festividades natalinas. Além disso, o procedimento contribui para a transparência da gestão pública, reduz o risco de contratações emergenciais e possibilita que outros eventos culturais e turísticos possam se beneficiar da mesma estrutura licitatória, ampliando a eficiência da aplicação dos recursos públicos e fortalecendo o papel da cultura como vetor de desenvolvimento local.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina a aplicação das disposições dos arts. 42 a 49 da referida lei complementar às licitações e contratos públicos. Os serviços e locações previstos no objeto desta licitação, voltados à estruturação e execução de eventos municipais, não possuem natureza que inviabilize a participação dessas empresas, uma vez que não demandam qualificação técnica ou



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

estrutura operacional incompatível com a capacidade de micro e pequenas empresas. A adoção do Simples Nacional, portanto, é plenamente possível e vantajosa, pois favorece a competitividade, amplia o acesso de empresas locais às contratações públicas, promove a descentralização econômica e contribui para o desenvolvimento regional, em conformidade com os princípios de estímulo à economia local e à sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
 (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

O parcelamento do objeto desta licitação mostra-se técnica e economicamente justificado, uma vez que o conjunto de bens e serviços previstos abrange diferentes naturezas e especializações, sendo impossível a execução integral por uma única empresa sem prejuízo à competitividade e à vantajosidade da futura contratação. O registro de preços proposto foi estruturado por itens individualizados, de modo que cada componente do evento possa ser contratado de forma autônoma, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, observando-se o princípio da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública. O fracionamento por itens permite a participação de um número maior de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, favorecendo a ampla concorrência e estimulando o desenvolvimento local, conforme o disposto nos arts. 18, §1º, inciso VIII, e 4º da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Considerando o Desfile de Natal Iluminado como um evento de grande porte e de caráter multifacetado, observa-se que o conjunto das ações necessárias à sua realização envolve uma diversidade de contratações de natureza técnica, artística e operacional. Além dos itens previstos nesta ata de registro de preços, há outras demandas interdependentes que não podem ser tratadas em um único certame devido às suas especificidades. Entre essas contratações complementares estão a inexigibilidade voltada à empresa responsável pelo planejamento artístico e pela concepção da decoração natalina, os pregões destinados à confecção de figurinos e adereços pelas costureiras locais, a aquisição de tecidos e aviamentos, a contratação de show pirotécnico e demais serviços de apoio logístico e técnico. Cada uma dessas contratações possui objeto, metodologia de execução e requisitos distintos, o que inviabiliza a sua inclusão em uma única licitação sem comprometer o caráter competitivo e a viabilidade técnica de cada parte do projeto.

O parcelamento por itens dentro do registro de preços também atende ao princípio da economicidade, permitindo que o Município selecione a proposta mais vantajosa para cada serviço ou fornecimento, evitando a vinculação a um fornecedor único para todas as etapas do evento. Além disso, o modelo adotado confere maior flexibilidade administrativa, já que o Município poderá contratar apenas os itens efetivamente necessários, de acordo com a programação e os recursos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo melhor controle financeiro. Essa estrutura parcelada está alinhada às boas práticas de gestão pública e ao planejamento por resultados, possibilitando que cada etapa do evento seja tratada de forma específica, com acompanhamento técnico adequado e transparência em todas as fases do processo.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

A adoção do parcelamento amplo, que envolve diferentes naturezas de contratação, decorre da própria complexidade do Desfile de Natal Iluminado e da multiplicidade de suas demandas artísticas, estruturais e culturais. Trata-se de um projeto coletivo, de grande impacto social e turístico, que exige a articulação de fornecedores de segmentos diversos, desde empresas de locação de estruturas, som, iluminação e painéis de LED até profissionais de arte, design e produção cênica. Assim, o parcelamento do objeto, tanto dentro deste registro de preços quanto no conjunto geral das contratações relacionadas ao evento, revela-se imprescindível para garantir a eficiência da execução, a qualidade técnica das entregas e a observância do princípio da competitividade.

Por fim, destaca-se que o parcelamento adotado não configura fracionamento indevido de despesa, mas sim medida de gestão responsável, planejada e fundamentada nas especificidades técnicas de cada objeto. Cada certame ou modalidade escolhida está devidamente justificada em razão de sua natureza e complexidade, e todas as contratações estão inseridas dentro do planejamento geral do Município para a execução do projeto natalino, em conformidade com as normas orçamentárias e com os princípios da legalidade, da transparência, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As estimativas de quantidade foram estabelecidas a partir da análise do porte e das características do Desfile de Natal Iluminado, considerando o histórico de edições anteriores, o percurso previsto, a duração do evento e o público estimado. O trajeto total do desfile compreende aproximadamente oitocentos metros lineares ao longo da Rua Mato Grosso, nas margens do Lago Dourado, local tradicionalmente utilizado para grandes eventos públicos no Município de Dois Vizinhos. O espaço apresenta uma configuração geográfica privilegiada, com ampla área de circulação e visibilidade, o que favorece a concentração de público e a instalação de estruturas temporárias de grande porte. O tempo médio de duração do desfile é de cerca de duas horas e trinta minutos, com deslocamento contínuo das alas, alternando apresentações artísticas, grupos temáticos e performances cênicas. O público estimado é de aproximadamente quinze mil pessoas, distribuídas ao longo de todo o percurso e concentradas nas proximidades do palco principal e das interseções de maior fluxo. Esses parâmetros físicos e populacionais serviram como base técnica para o dimensionamento das quantidades de estruturas, equipamentos e serviços previstos nesta licitação.

A extensão do percurso exige a instalação de estruturas lineares de apoio, como treliças, pontos de iluminação, sonorização e grades de contenção distribuídos em setores estratégicos ao longo das margens do lago. Estimou-se a necessidade de aproximadamente trezentos metros de treliça tipo Q30 com pés e cubos, dispostos em pontos específicos de maior concentração de público e de suporte de equipamentos de luz e decoração, garantindo estabilidade e segurança estrutural. O cálculo das grades de contenção foi realizado com base na necessidade de isolamento das áreas destinadas à passagem das alas e à proteção do público, totalizando cerca de quatrocentas unidades, cada uma medindo dois metros de comprimento, o que corresponde a aproximadamente oitocentos metros lineares de barreira. Essa metragem é suficiente para cobrir o trajeto completo do desfile e as áreas de dispersão, atendendo às normas de segurança, acessibilidade e controle de fluxo.

O palco principal será instalado em área estratégica às margens do Lago Dourado, próximo ao ponto final do desfile, onde ocorrem as apresentações musicais e artísticas de encerramento. Para atender ao porte do evento e às exigências de segurança e conforto, o palco foi dimensionado com dezesseis metros de largura, dez metros de profundidade e sete metros de altura, confeccionado em estrutura metálica coberta e com piso de compensado naval revestido de carpete. A estrutura comportará o sistema de som, iluminação e backline necessários para apresentações de médio e grande porte, sendo dotada de escadas laterais com corrimão e iluminação de emergência. A área de cobertura foi projetada para resistir a intempéries e assegurar



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

a proteção de artistas e técnicos, em conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros e das legislações aplicáveis a eventos públicos.

A sonorização foi estimada considerando a necessidade de cobertura sonora uniforme por todo o percurso do desfile e na área do palco principal. O sistema deverá garantir pressão sonora adequada, em torno de cento e vinte decibéis sem distorções, com resposta linear entre trinta e cinco hertz e dezoito quilohertz. Para atingir esse desempenho, prevê-se a utilização de vinte e quatro caixas line array, dezesseis caixas graves de dezoito polegadas, além de sistemas de delay distribuídos ao longo do trajeto e pontos de front fill para cobertura frontal do palco. Essa configuração assegura a inteligibilidade do som em todos os setores do evento e evita a sobreposição de ruídos, garantindo qualidade técnica e conforto auditivo para o público.

O dimensionamento do sistema de iluminação levou em consideração tanto a necessidade de visibilidade para o público e os participantes quanto o aspecto estético e cênico que caracteriza o evento natalino. Foram estimados quarenta e oito canhões de LED de alta potência, quarenta e oito moving heads, doze elipsoidais e vinte e quatro refletores fresnel de trezentos watts, complementados por strobos e canhões seguidores. A disposição dos equipamentos será feita em estruturas aéreas e torres metálicas instaladas ao longo da Rua Mato Grosso, garantindo iluminação homogênea, efeitos visuais adequados e realce da ambientação artística. Todo o sistema será controlado por mesa digital compatível com os requisitos técnicos definidos, assegurando sincronia e segurança elétrica.

Para atender às demandas logísticas e de apoio, foram previstas cinco tendas de dez por dez metros e dez tendas de cinco por cinco metros, destinadas a camarins, áreas de apoio técnico, pontos de alimentação e atendimento emergencial. Essas estruturas totalizam cento e vinte e cinco metros lineares de cobertura, permitindo organização funcional das equipes e abrigo adequado de materiais e profissionais. As tendas deverão possuir estrutura metálica galvanizada, lona anti-chamas e sistema elétrico básico com iluminação e tomadas, conforme os padrões exigidos pela Administração.

No que se refere à infraestrutura sanitária, foram estimadas trinta e quatro unidades de banheiros químicos padrão e seis unidades adaptadas para pessoas com deficiência. O cálculo considerou a média recomendada de uma unidade para cada quinhentas pessoas, acrescida de reserva técnica em virtude da duração prolongada do evento e da concentração de público em áreas delimitadas. Haverá equipe responsável pela manutenção e higienização permanente durante todo o período de realização do desfile, assegurando condições adequadas de limpeza, conforto e acessibilidade.

A necessidade de fornecimento de energia elétrica suplementar foi estimada com base no consumo previsto dos sistemas de som, iluminação e painéis de LED. Foram previstos dois geradores de duzentos e sessenta KVA, dimensionados para funcionamento contínuo por doze horas diárias, equipados com chave reversora automática e carenagem acústica para redução de ruído. Essa configuração garante o funcionamento ininterrupto dos equipamentos, evitando riscos de interrupção e assegurando estabilidade operacional. O painel de LED de cinquenta metros quadrados foi dimensionado conforme a necessidade de visibilidade ampla e transmissão ao vivo do evento, cobrindo o trecho de maior concentração de público. A instalação do painel permitirá a exibição simultânea das imagens captadas por oito câmeras, sendo três posicionadas no palco, quatro distribuídas ao longo do percurso e uma aérea, operada por drone, garantindo cobertura integral do desfile e registro visual de todos os grupos participantes.

As estimativas de pessoal de apoio foram calculadas de acordo com o público e a extensão do percurso. Estima-se a necessidade de sessenta profissionais de segurança desarmada, distribuídos ao longo do trajeto, nas áreas de concentração e dispersão e no entorno do palco. O serviço de limpeza contará com trinta profissionais, divididos em três turnos: dez na preparação, dez durante o evento e dez após o encerramento, assegurando o restabelecimento completo da área utilizada. Para a organização das alas do desfile, prevê-se equipe de dez pessoas responsáveis pela coordenação do alinhamento, posicionamento e fluxo dos grupos, em articulação direta com a coordenação geral do evento.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Todas as quantidades foram definidas com base em parâmetros técnicos de dimensionamento de eventos de grande porte, em estudos de campo e na experiência acumulada das edições anteriores do Natal Iluminado, ajustadas à realidade física da Rua Mato Grosso e às condições estruturais das margens do Lago Dourado. As estimativas consideram ainda fatores como segurança, acessibilidade, conforto do público e eficiência logística, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma proporcional, racional e compatível com o porte do evento e com o interesse coletivo da população de Dois Vizinhos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);

A estimativa do valor da contratação teve como referência a análise de contratações similares realizadas por outros municípios do Estado do Paraná e de registros disponíveis no PAINEL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), além de atas de registro de preços vigentes em esferas municipais e estaduais voltadas a eventos culturais e turísticos. Foram consideradas as características técnicas, a complexidade e o porte do Desfile de Natal Iluminado de Dois Vizinhos, de forma a garantir a coerência entre as especificações dos itens e os valores praticados em processos análogos.

O valor global estimado para o conjunto dos itens é de R\$ 332.500,00 (trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), correspondendo à soma dos preços unitários referenciais definidos a partir das consultas realizadas. Essa estimativa representa parâmetro compatível com o mercado e assegura observância aos princípios da economicidade, da transparência e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando tanto o sobrepreço quanto a subavaliação dos custos.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco identificado	Tipo de risco	Probabilidade	Impacto	Consequências para o interesse público	Medidas preventivas e mitigadoras
Não assinatura do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo ou atraso na sua formalização	Administrativo / Financeiro	Média	Alto	Impossibilidade de utilização dos recursos estaduais captados, comprometendo a execução do evento e a efetivação do planejamento cultural previsto	Acompanhamento permanente do processo de formalização do convênio junto à Secretaria de Estado do Turismo, manutenção de comunicação direta entre os setores técnico e jurídico, preparação de cronograma interno flexível e previsão de execução parcial com recursos próprios, se necessário
Liberação tardia dos recursos estaduais após a assinatura do convênio	Financeiro / Operacional	Média	Alto	Dificuldade de cumprir os prazos de pagamento e de mobilização de fornecedores, podendo gerar atrasos na execução do evento	Antecipação das etapas administrativas sob responsabilidade do Município, priorização do cronograma de licitação e empenho dos recursos imediatamente após a liberação, com gestão financeira



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Risco identificado	Tipo de risco	Probabilidade	Impacto	Consequências para o interesse público	Medidas preventivas e mitigadoras
					acompanhada pela contabilidade municipal
Divergência entre as regras do convênio estadual e as normas da Lei nº 14.133/2021	Jurídico / Administrativo	Baixa	Médio	Risco de questionamentos por órgãos de controle e necessidade de ajustes procedimentais, ocasionando atrasos no cronograma	Revisão jurídica prévia dos editais e contratos, alinhamento com a Procuradoria Municipal e observância integral das diretrizes da Secretaria de Estado do Turismo
Desistência ou inexecução por parte dos fornecedores registrados	Operacional / Contratual	Média	Médio	Necessidade de acionar o segundo colocado, atrasos na execução e possível aumento de custos	Exigência de habilitação técnica adequada, cláusulas contratuais de penalidade e manutenção de mais de um fornecedor habilitado por item no registro de preços
Condições climáticas adversas durante o período de realização do evento	Operacional / Externo	Média	Médio	Prejuízo à montagem, à segurança e à realização do desfile, podendo acarretar danos materiais e cancelamentos parciais	Planejamento de cronograma de montagem com antecedência, uso de estruturas cobertas e resistentes, seguro de responsabilidade civil e acompanhamento da Defesa Civil
Atrasos na tramitação interna do processo licitatório	Administrativo	Baixa	Alto	Comprometimento do cronograma do evento e risco de perda de oportunidade de execução do convênio	Monitoramento permanente do processo, estabelecimento de prazos internos e designação de responsáveis para cada etapa, garantindo agilidade e controle
Sobrepreço ou divergência nos valores estimados em relação ao mercado	Financeiro / Administrativo	Baixa	Médio	Risco de glosa de despesas pelo órgão repassador e apontamentos de controle externo	Utilização de fontes oficiais de referência como PNCP e atas vigentes, validação prévia pela contabilidade e registro detalhado da metodologia de estimativa de valores
Falhas técnicas na montagem das	Operacional / Técnico	Baixa	Alto	Risco à segurança do público e dos participantes,	Fiscalização técnica durante a montagem, exigência de ART dos



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Risco identificado	Tipo de risco	Probabilidade	Impacto	Consequências para o interesse público	Medidas preventivas e mitigadoras
estruturas e sistemas de som e iluminação				podendo resultar em acidentes e responsabilização da Administração	responsáveis e verificação das condições de segurança pelo Corpo de Bombeiros antes do evento
Aglomeração excessiva e dificuldades de controle do público	Operacional / Segurança	Média	Médio	Risco à integridade física dos participantes e ao bom andamento do evento	Planejamento de segurança com apoio da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, contratação de equipe de segurança desarmada e instalação de grades de contenção ao longo do percurso

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na realização de processo licitatório na forma de pregão eletrônico para registro de preços, visando atender de forma planejada, segura e economicamente vantajosa às demandas de infraestrutura, serviços e locações necessários à execução do Desfile de Natal Iluminado e demais eventos natalinos promovidos pela Administração Municipal. O modelo de registro de preços permite que os itens sejam contratados de maneira gradual e conforme a real necessidade, garantindo previsibilidade administrativa, flexibilidade na execução e alinhamento às diretrizes do convênio firmado com a Secretaria de Estado do Turismo, que admite a utilização de atas previamente registradas. Dessa forma, a solução assegura o cumprimento dos prazos legais e das condições impostas pelo órgão repassador, evitando contratações emergenciais e permitindo o pleno aproveitamento dos recursos captados.

A adoção desse procedimento proporciona maior eficiência à gestão pública, ampliando a competitividade entre os fornecedores e assegurando a economicidade das futuras contratações. A estruturação do registro de preços por itens individualizados possibilita a participação de empresas de diferentes segmentos, atendendo às exigências técnicas de cada serviço, como sonorização, iluminação, palco, segurança, limpeza e atrações artísticas, garantindo que cada etapa do evento seja executada por profissionais especializados. Essa forma de contratação confere transparência, padronização e segurança jurídica ao processo, contribuindo para a consolidação das festividades natalinas como política pública de cultura e turismo no Município de Dois Vizinhos.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de execução:

- As estruturas e equipamentos deverão atender integralmente às exigências do Corpo de Bombeiros, das normas de segurança elétrica e de acessibilidade, e das legislações ambientais vigentes;
- A empresa contratada deverá ser responsável pela montagem, manutenção e desmontagem de todas as estruturas, bem como pelo transporte, instalação e operação dos equipamentos;
- Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, com acompanhamento técnico e emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) quando exigido;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- d) Durante a realização do evento, a contratada deverá garantir a presença de equipe técnica disponível para correções imediatas, evitando interrupções ou falhas operacionais
- e) As despesas com transporte, alimentação, hospedagem e deslocamento das equipes técnicas são de responsabilidade exclusiva da contratada;
- f) A Administração poderá realizar inspeções e fiscalizações a qualquer tempo, devendo a empresa manter condições adequadas de trabalho, segurança e limpeza em todas as etapas.

DOCUMENTAÇÃO:

- g) Qualificação Econômico-financeira: Balanços Patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, índices financeiros (SG, LG, LC) dos últimos 2(dois) anos; certidão negativa de falência.
- h) Comprovação da capacidade técnica será feita mediante apresentação de atestados de execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando experiência anterior em eventos de porte semelhante.
- i) Para os itens 2 e 3: Deverão ser apresentados, ainda, registro ou inscrição no conselho profissional competente quando a natureza do serviço assim o exigir, e ART correspondente às atividades técnicas de montagem e operação de estruturas e sistemas elétricos
- j) Para o item 10: licença ambiental em plena validade.
- k) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

A exigência de apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos dois anos, acompanhados dos índices de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), bem como da certidão negativa de falência ou recuperação judicial, tem por objetivo comprovar a capacidade econômico-financeira das licitantes, assegurando que as empresas possuam condições de honrar os compromissos decorrentes da contratação. Considerando que o objeto envolve a execução de serviços de grande porte, com alto valor agregado e forte dependência de capacidade operacional e técnica, torna-se imprescindível verificar previamente a saúde financeira das participantes, evitando riscos de paralisação, inexecução contratual ou necessidade de rescisão por incapacidade financeira. A análise desses indicadores é essencial para garantir a estabilidade das empresas contratadas e a segurança da Administração Pública, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a exigência de demonstração da boa situação financeira como requisito de habilitação.

A exigência de comprovação da capacidade técnica por meio de atestados de execução de serviços compatíveis com o objeto licitado visa assegurar que as empresas participantes detenham experiência comprovada na realização de eventos de porte semelhante, envolvendo montagem, operação e coordenação de estruturas complexas. A natureza do objeto demanda conhecimento técnico específico e domínio de procedimentos que envolvem segurança, dimensionamento de cargas, logística, sonorização, iluminação e interação com o público. A exigência de experiência anterior é justificada pela necessidade de evitar riscos técnicos e garantir



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

que a execução seja conduzida por profissionais e empresas com histórico de atuação satisfatória, conforme o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite a comprovação de aptidão por meio de atestados de desempenho anterior.

Para os itens que envolvem montagem e operação de estruturas e sistemas elétricos, notadamente os itens 2 e 3 do edital, a exigência de registro ou inscrição no conselho profissional competente e da apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é justificada pela necessidade de garantir que tais atividades sejam executadas sob supervisão de profissional habilitado, observando as normas de segurança e a legislação técnica vigente. Esses serviços exigem cálculos estruturais e elétricos, observância das normas da ABNT e atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros, de modo que sua execução sem acompanhamento técnico qualificado poderia implicar riscos à integridade física do público e ao patrimônio público. Assim, a exigência da ART e do registro profissional encontra amparo no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e visa resguardar a Administração de responsabilidades técnicas e legais decorrentes de eventuais falhas de execução, garantindo segurança, qualidade e conformidade técnica durante toda a realização do evento.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL
(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

A execução dos serviços e locações previstos nesta licitação poderá gerar impactos ambientais de natureza temporária e localizada, especialmente relacionados ao uso de energia elétrica, à geração de resíduos sólidos e ao consumo de materiais durante a montagem e desmontagem das estruturas. De acordo com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, tais impactos são inerentes a eventos públicos de grande porte e podem ser mitigados por meio da adoção de medidas preventivas e de boas práticas de gestão ambiental. Durante a realização das atividades, recomenda-se o uso racional de energia, priorizando equipamentos com certificação de eficiência energética e iluminação em tecnologia LED, bem como o planejamento logístico que reduza deslocamentos desnecessários e consumo de combustível. A operação dos geradores deverá observar padrões de emissão e ruído compatíveis com as normas ambientais e com as exigências do Instituto Água e Terra (IAT) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), garantindo a conformidade com a legislação vigente e minimizando incômodos à vizinhança.

Outro ponto de atenção diz respeito à geração de resíduos sólidos, especialmente durante as etapas de montagem, execução e desmontagem das estruturas e no uso intensivo de sanitários químicos e materiais descartáveis. Para reduzir os impactos, deverão ser adotadas práticas de gestão de resíduos alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos, priorizando a coleta seletiva, o acondicionamento adequado dos materiais recicláveis e a destinação correta dos rejeitos. As empresas contratadas deverão realizar a limpeza das áreas de forma contínua, antes, durante e após o evento, evitando o acúmulo de resíduos e o descarte inadequado em vias públicas ou nas margens do Lago Dourado, local de grande valor ambiental e paisagístico. A Administração deverá assegurar, por meio da fiscalização contratual, que todo o material utilizado seja removido e as áreas públicas restituídas às suas condições originais, sem causar danos à vegetação, ao solo ou à estrutura urbana.

O transporte e o uso de equipamentos deverão observar medidas para redução de emissões e ruídos, priorizando veículos e maquinários em bom estado de conservação e com manutenção em dia. Recomenda-se que os fornecedores privilegiem o uso de materiais reutilizáveis e modulares, como estruturas metálicas desmontáveis e lonas de vinil reciclável, reduzindo o volume de resíduos gerados e a necessidade de novos insumos a cada edição do evento. Conforme orienta a Cartilha de Sustentabilidade nas Contratações Públicas, devem ser priorizados fornecedores que adotem práticas de gestão ambiental certificadas ou comprovem ações de responsabilidade socioambiental, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva local de forma sustentável.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Por fim, considerando a relevância do Lago Dourado como área de lazer e de preservação paisagística, deverão ser observadas medidas específicas de proteção do entorno, incluindo o isolamento adequado das áreas sensíveis, a prevenção de descarte de efluentes e o controle de ruído durante as montagens e apresentações. As ações de educação ambiental e sensibilização do público sobre a importância da preservação dos espaços urbanos e naturais poderão ser integradas à programação do evento, reforçando o compromisso da Administração Municipal de Dois Vizinhos com a sustentabilidade e com o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável previstas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A execução do registro de preços voltado à estruturação e realização das festividades natalinas pretende alcançar resultados expressivos tanto na dimensão cultural quanto na administrativa. No campo cultural, o principal resultado esperado é o fortalecimento do Natal Iluminado como política pública permanente de valorização da identidade local, consolidando o evento como marco do calendário municipal e regional. Busca-se proporcionar à população experiências culturais acessíveis, integrando diferentes linguagens artísticas como música, teatro, dança e iluminação cênica, ao mesmo tempo em que se promove a ocupação positiva dos espaços públicos e o fortalecimento dos vínculos comunitários. O evento, além de estimular o sentimento de pertencimento e de união entre os cidadãos, contribui para a difusão de valores simbólicos de solidariedade e cooperação, que são centrais à celebração natalina e ao papel formador da cultura.

Do ponto de vista social e econômico, espera-se que as contratações decorrentes do registro de preços promovam geração de trabalho e renda temporária, beneficiando diretamente artistas, técnicos, costureiras, fornecedores locais e prestadores de serviços. A movimentação econômica durante o período do evento impulsiona o comércio, o setor gastronômico e a rede de hospedagem, contribuindo para o fortalecimento da economia criativa e do turismo regional. A atração de visitantes de outros municípios também amplia a visibilidade de Dois Vizinhos como destino cultural e turístico, favorecendo futuras parcerias institucionais e captações de recursos. Assim, o impacto positivo das ações transcende o período do evento, repercutindo na imagem institucional do município e consolidando sua reputação como cidade que valoriza a arte, o lazer e a convivência social.

Na dimensão administrativa, os resultados esperados relacionam-se à melhoria da eficiência e da previsibilidade das contratações públicas. O uso do sistema de registro de preços permitirá ao Município planejar e executar as ações de forma antecipada e coordenada, reduzindo riscos de atrasos e evitando contratações emergenciais. Essa metodologia proporciona maior controle sobre custos, transparência no processo de escolha dos fornecedores e flexibilidade na execução dos itens, de acordo com a necessidade real de cada evento. A prática também favorece a competitividade entre as empresas e incentiva a participação de micro e pequenas empresas, em consonância com os princípios da economicidade e do desenvolvimento local sustentável.

No aspecto ambiental, pretende-se assegurar que todas as etapas de montagem, execução e desmontagem ocorram de forma responsável e compatível com as boas práticas de sustentabilidade. Espera-se que os fornecedores adotem medidas de controle de resíduos, uso racional de energia, redução de ruídos e proteção do entorno natural do Lago Dourado, garantindo que o evento seja realizado sem impactos negativos significativos ao meio ambiente. Dessa forma, o Natal Iluminado reafirma o compromisso do Município de Dois Vizinhos com a sustentabilidade, integrando cultura, turismo, desenvolvimento econômico e preservação ambiental em uma única política pública.

Por fim, o resultado global esperado é o fortalecimento institucional da gestão cultural municipal, com a consolidação de um modelo de planejamento integrado, transparente e sustentável, capaz de garantir à população eventos de alta qualidade, administrados com responsabilidade e alinhados ao interesse público. A contratação planejada e devidamente estruturada representa um avanço na governança administrativa e cultural do município,



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

estabelecendo um padrão de excelência que poderá servir de referência para outras ações e festividades promovidas pela Administração Municipal.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de execução dos serviços previstos neste estudo será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XLIV, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021. Esse regime é o mais adequado à natureza do objeto, que compreende a prestação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de estruturas temporárias e equipamentos, bem como atividades artísticas e técnicas distintas, cuja medição e pagamento ocorrem de forma proporcional à execução de cada item contratado. A escolha do regime de empreitada por preço unitário permite à Administração Municipal maior flexibilidade e controle na execução orçamentária, assegurando que o pagamento se realize conforme o efetivo fornecimento dos serviços, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.

Além disso, o uso do registro de preços garante que as contratações decorrentes sejam formalizadas apenas quando houver necessidade concreta, sem obrigatoriedade de execução integral do quantitativo registrado. Assim, o regime de execução por preço unitário se harmoniza com a sistemática do registro de preços, permitindo medições precisas, planejamento financeiro adequado e execução conforme a demanda real. Esse modelo também facilita a fiscalização contratual, uma vez que possibilita a verificação objetiva das entregas e serviços prestados, garantindo transparência e regularidade na aplicação dos recursos públicos destinados à realização das festividades natalinas do Município de Dois Vizinhos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Nilton de Almeida
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Leonardo Felipe Brunetto Wilamowski
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Jailene Dal Bosco

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

O presente processo licitatório integra um conjunto mais amplo de ações planejadas pela Administração Municipal para a realização do Desfile de Natal Iluminado e das demais atividades que compõem a programação natalina de Dois Vizinhos. Embora o registro de preços trate especificamente da locação de estruturas, equipamentos, serviços técnicos e artísticos, há contratações correlatas e interdependentes necessárias à plena execução do evento, que, por sua natureza, exigem processos administrativos autônomos. Entre essas contratações destacam-se a inexigibilidade de licitação destinada à empresa responsável pela concepção e coordenação artística da decoração natalina, a licitação para aquisição de tecidos e aviamentos utilizados na confecção de figurinos e adereços, o pregão eletrônico para a contratação de costureiras e mão de obra especializada, e o certame voltado à execução do show pirotécnico de encerramento. Cada



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

uma dessas contratações possui objeto, técnica de execução e especificações próprias, que justificam sua tramitação independente, mas articulada dentro do planejamento geral.

Essas ações complementares compõem um mesmo projeto de caráter cultural, social e turístico, que visa à valorização do patrimônio simbólico do município e ao fortalecimento da economia criativa local. A execução coordenada de todas as contratações é essencial para garantir a coerência estética, a integração logística e o cumprimento dos prazos do convênio firmado com a Secretaria de Estado do Turismo. Ainda que autônomas em sua tramitação, tais contratações estão interligadas por objetivos comuns e por uma mesma diretriz administrativa, voltada à execução eficiente, transparente e planejada das festividades natalinas, assegurando que o evento ocorra de forma integrada e com o padrão de qualidade esperado pela população e pelas instituições envolvidas.

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual e, consequentemente, não foi registrada de forma antecipada no Pannel Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em razão da natureza excepcional de sua origem e da vinculação direta às regras e prazos estabelecidos por convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado do Turismo. O convênio estadual, no valor de trezentos mil reais, foi articulado pelo Poder Executivo Municipal com o objetivo de apoiar financeiramente a execução das festividades natalinas, especialmente o Desfile de Natal Iluminado. Entretanto, as normas estabelecidas pela Secretaria de Estado do Turismo determinam que nenhum item vinculado ao objeto do convênio pode ser licitado antes da assinatura do termo e que o instrumento não pode ser firmado com antecedência superior a quarenta e cinco dias do evento. Essas condições inviabilizaram a previsão e o registro antecipado da contratação no PGC, uma vez que a definição final do objeto e da fonte de recursos só se tornou possível após a confirmação da captação estadual.

Dessa forma, a elaboração do processo licitatório foi condicionada a fatores externos ao planejamento municipal, não sendo possível inseri-lo de forma tempestiva no Plano de Contratações do exercício. Ressalta-se, contudo, que a contratação observa integralmente os princípios do planejamento e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo precedida de estudo técnico preliminar, definição detalhada de escopo e análise de vantajosidade. A ausência de previsão no PGC decorre de circunstância excepcional e plenamente justificada, uma vez que o registro de preços foi a alternativa mais eficiente e juridicamente adequada para compatibilizar as exigências do convênio estadual com o dever de planejamento da Administração Municipal. Após a formalização do certame, as informações pertinentes serão devidamente inseridas no PNCP, garantindo a publicidade e a rastreabilidade do procedimento, em conformidade com o art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Os serviços e locações previstos neste processo são classificados como serviços comuns, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, mediante especificações usuais no mercado. As atividades envolvem locação, montagem, operação e desmontagem de estruturas temporárias, sistemas de som e iluminação, painéis de



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

LED, tendas, sanitários químicos, bem como serviços de limpeza, segurança, divulgação e apoio técnico-operacional, todos passíveis de descrição detalhada e comparativa entre fornecedores. Tais serviços não exigem desenvolvimento técnico singular ou solução de natureza intelectual exclusiva, podendo ser avaliados por critérios objetivos de qualidade, preço e conformidade técnica, o que caracteriza sua natureza de serviço comum.

A classificação do objeto como serviço comum é a que melhor se adequa à finalidade da contratação, permitindo a utilização da modalidade pregão eletrônico e do sistema de registro de preços, instrumentos que garantem ampla competitividade, celeridade processual e transparência. Essa definição também assegura o tratamento isonômico entre os licitantes e a padronização das especificações técnicas, conforme as boas práticas de planejamento de contratações públicas. Assim, o enquadramento do objeto nesta categoria está em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade que norteiam as contratações públicas municipais.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços e fornecimentos não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal opta por não exigir garantia contratual nesta contratação, em conformidade com o disposto no art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a faculdade da Administração quanto à sua adoção. A decisão fundamenta-se na natureza dos serviços a serem executados, classificados como serviços comuns, de execução imediata e com baixo risco de inadimplemento. As locações e serviços previstos, como montagem e operação de estruturas temporárias, sonorização, iluminação e limpeza, possuem caráter pontual, de curta duração e são passíveis de fiscalização direta pela equipe técnica da Prefeitura, o que reduz significativamente a probabilidade de prejuízos decorrentes de falhas contratuais.

Além disso, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, afastando microempresas e empresas de pequeno porte que tradicionalmente atuam no segmento de eventos e prestação de serviços culturais no município. A ausência dessa obrigação contribui para a ampliação da concorrência e favorece a economicidade, sem comprometer a segurança da Administração, uma vez que o pagamento somente será efetuado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e a emissão dos devidos atestados de execução. Dessa forma, a não exigência de garantia mostra-se medida proporcional, adequada e compatível com o risco do objeto, assegurando equilíbrio entre a proteção do interesse público e a eficiência do procedimento licitatório.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das análises apresentadas nos itens anteriores, conclui-se pela plena viabilidade técnica, econômica e jurídica da presente contratação. O registro de preços proposto demonstra-se o instrumento mais adequado para atender às demandas da Administração Municipal, uma vez que permite o planejamento antecipado e a execução gradual das contratações, compatibilizando-se com as regras do convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado do Turismo. A escolha do pregão eletrônico como modalidade licitatória assegura ampla competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021. A estruturação do processo em formato de registro de preços, aliada ao parcelamento por itens e à definição de critérios objetivos de habilitação e execução, garante segurança técnica e eficiência administrativa. As estimativas de valor estão alinhadas aos parâmetros de mercado, e as medidas mitigadoras de impacto ambiental foram adequadamente consideradas, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Ressalta-se ainda que a contratação visa à realização de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

evento de relevante interesse público, com expressiva repercussão cultural, social e econômica para o Município de Dois Vizinhos, reforçando políticas de fomento à cultura e ao turismo local. Assim, a proposta revela-se oportuna, vantajosa e devidamente fundamentada, atendendo integralmente aos requisitos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de gestão das contratações públicas.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Modalidade da licitação: (X) Pregão, () Tradicional (x) SRP

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: aberto

Orçamento não sigiloso

Justificativa para não adesão de outros órgãos ao processo de contratação:

A presente contratação possui características muito específicas, voltadas às necessidades estruturais e operacionais dos Desfiles do Natal Iluminado de Dois Vizinhos. As condições do espaço físico, o layout do evento, o dimensionamento das áreas de palco, arquibancadas, estandes e demais estruturas temporárias demandam soluções técnicas personalizadas e compatíveis com as peculiaridades do local e da programação cultural prevista. Além disso, o recurso financeiro utilizado é proveniente de repasse do Governo do Estado do Paraná, destinado exclusivamente à realização deste evento, com finalidade previamente definida, não sendo possível garantir a disponibilidade ou a aplicabilidade desses recursos para eventuais adesões por outros órgãos ou entes públicos. Dessa forma, considerando o caráter singular da contratação, as especificidades técnicas da estrutura requerida e a origem vinculada dos recursos, conclui-se que não há viabilidade para adesão de outros órgãos ao presente processo licitatório.

21. FONTE DE RECURSOS

(x) Recursos Próprios

(x) Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 14 de outubro de 2025.

Nilton de Almeida
Secretário Geral de Governo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20.293-1